

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**REQUERIMENTO Nº , DE 2022
(Do Sr. Alexandre Padilha)**

Requer a realização Audiência Pública para discussão do tema: “O compartilhamento e venda de dados dos cidadãos brasileiros por parte do SERPRO”.

O Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, a realização de Audiências Públicas para debater “O compartilhamento e venda de dados dos cidadãos brasileiros por parte do SERPRO”.

Para debater o tema, convidamos:

- 1- Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- 2- Instituto Nacional de Proteção de Dados (INPD);
- 3- Comissão de Privacidade e Proteção de Dados da Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo;
- 4- Associação União da Advocacia Santamarense;
- 5- Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 26 de abril de 2022, diversos veículos de imprensa, noticiaram a venda de dados de cidadãos e das empresas brasileiras, de posse do poder público, via SERPRO, conforme notícia a seguir:

Com aval da Receita, SERPRO
vende dados de cidadãos e empresas



Em meio à escalada de fraudes e golpes aplicados por criminosos que têm acesso às informações das vítimas, a Receita Federal autorizou o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a vender dados pessoais e registros de empresas brasileiras a terceiros.

De pessoas físicas, conforme a portaria 167 da Receita Federal, podem ser comercializados dados como CPF, nomes completos, datas de nascimento e situação cadastral. Das empresas, estão à venda no balcão dados como CNPJ, endereços, informações pessoais e dos e sócios, além de certidões negativas e notas fiscais. Deputados reagiram à medida.

André Figueiredo, deputado do PDT, apresentou projeto (PDL 90/2022) para sustar a portaria: “Fere a Constituição ao tirar do cidadão poder de controle sobre as próprias informações”.

Em requerimento ao Ministério da Economia, o deputado José Guimarães (PT) afirma que “a alegação de que os dados serão usados para fins ‘de políticas públicas’ é genérica”. E indaga “quem está recebendo e pagando por esses dados?”.

Entre os dados informados, estão dados sensíveis e obtidos via as Políticas de Saúde e de Assistência Social. Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 02 de maio de 2022

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Padilha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222720108000>

